

Possibilidades da Gestão Social como campo do conhecimento científico: considerações sobre os critérios de demarcação

Possibilities of Social Management as a field of scientific knowledge: considerations about the criteria of demarcation

Airton Cardoso Caçado ¹
José Roberto Pereira ²
Fernando Guilherme Tenório ³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a cientificidade do campo da Gestão Social. Como não há consenso sobre o que é ciência, foram escolhidos quatro critérios de demarcação (entre ciência e senso comum): Popper, Kuhn, Feyerabend e Santos. Para delimitar o campo da Gestão Social foi feita uma escolha teórica baseada nos trabalhos de Tenório e Caçado. A partir dessas quatro abordagens e da escolha teórica, a Gestão Social foi analisada para entender se ela satisfaz a esses critérios. Como resultado a Gestão Social atendeu aos critérios de demarcação de Popper, Feyerabend e Santos; porém, não atendeu ao de Kuhn.

Palavras-chave: Gestão Social; Critério de Demarcação; Ciência.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the scientificity of the field of Social Management. Since there is no consensus about what science is, four criteria of demarcation (between science and common sense) were chosen. Popper, Kuhn, Feyerabend and Santos. In order to delimit the field of Social Management, we made a choice based on the theoretical work of Tenorio and Caçado. From these four approaches and theoretical choice, the Social Management was analyzed to comprehend if it fits these criteria. As a result, we found that the Social Management has satisfied the criteria of demarcation of Popper, Feyerabend and Santos; however, has not fitted to Kuhn's criteria.

Keywords: Social Management; Criteria of demarcation; Science.

¹ Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2004) e graduado em Administração com Habilitação em Adm. de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa - UFV (2003). Atualmente é Coordenador do Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal do Tocantins - NESo/UFT e professor da UFT. Participa da Rede de Pesquisadores em Gestão Social - RGS e da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - Rede de ITCs e do Observatório Brasileiro do Cooperativismo. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração de Cooperativas, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão social, cooperativismo e economia solidária. E-mail: airtoncardoso@yahoo.com.br.

² Doutor em Sociologia (UnB). Membro da RGS. Professor do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras - UFLA. E-mail: jrobpereira25@yahoo.com.br.

³ Doutor em Engenharia de Produção (UFRJ). Membro da RGS. Professor do Programa de Pós-graduação em Administração da Escola Brasileira de administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - EBAPE/FGV. E-mail: tenorio@fgv.br.

1. INTRODUÇÃO

Desde sua origem como tema de estudos no Programa de Estudos em Gestão Social da Escola brasileira de Administração Pública e de empresas da Fundação Getúlio Vargas – PEGS/EBAPE/FGV em 1990 (TENÓRIO, 1998; 2001; 2008c) a Gestão Social tem atraído pesquisadores, principalmente das escolas de administração. A partir deste interesse o tema tem se desenvolvido enquanto um campo de estudos que se torna a cada dia maior, em termos de quantidade de centros de pesquisa, pesquisadores e produção científica. Este desenvolvimento da temática levou à criação de diversos cursos em nível de graduação, especialização e mestrado.

A Rede de Pesquisadores em Gestão Social – RGS foi criada em meados de 2003 com o objetivo de trocar informações e realizar pesquisas em conjunto. Em 2007 aconteceu o primeiro Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social - ENAPEGS, com edições anuais desde então e no mesmo ano foi criado no âmbito do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia – CIAGS/UFBA o periódico *Cadernos Gestão Social*. Em 2009 é publicada a primeira edição da *Revista Administração Pública e Gestão Social* e em 2010 inicia-se a publicação da *Revista Nau Social – A Revista Eletrônica da Residência Social* e em 2012 a *Revista Interdisciplinar de Gestão Social - RIGS*. Alguns periódicos, como o *Cadernos EBAPE.BR* em 2011, a *Revista Desenvolvimento em Questão* em 2012 e a *Revista Organizações Rurais & Agroindustriais*, já publicaram números especiais sobre o tema.

Neste contexto de desenvolvimento da temática da Gestão Social, algumas questões começaram a ser elencadas, dentre elas, a Gestão Social se constitui enquanto um campo do conhecimento científico? Este texto pretende explorar esta questão a partir de critérios de demarcação científica.

No intuito de responder a esta questão este trabalho buscou na filosofia da ciência o conceito de critério de demarcação, que separa ciência de senso comum. Serão apresentadas propostas de critério de demarcação da ciência dos seguintes autores: Popper (2007), Kuhn (1978), Feyerabend (2007) e Santos (2003). As propostas destes autores foram escolhidas por serem recorrentes entre si, de forma que organizam um grande debate, como será apresentado. Além disso, cada um deles apresenta uma proposta clara de critério de demarcação.

Este artigo está estruturado da seguinte forma. Além desta introdução, serão elencados os quatro critérios de demarcação propostos na seção seguinte. Posteriormente será apresentada a escolha teórica para a delimitação da Gestão Social enquanto constructo. Ao final será apresentada a análise da conformação da Gestão Social aos critérios de demarcação de forma a perceber se a Gestão Social “atende” aos referidos critérios, seguida das considerações finais.

2. CRITÉRIO DE DEMARCAÇÃO: CIÊNCIA E SENSO COMUM

Não existe consenso formado em torno do que pode ser denominado de ciência. Desta forma, optou-se neste trabalho por elencar critérios de demarcação (que diferenciam a ciência do senso comum) no intuito de verificar se a Gestão Social atende a estes critérios de demarcação.

2.1 Karl Popper: falsificacionismo metodológico

O pensamento de Popper está centrado na ideia de falsificação de teorias para a evolução da ciência. Como não há conhecimento certo e comprovado, o autor acredita que as teorias devem ser colocadas à prova, por meio de testes rigorosos. Para isto, as teorias devem ser falsificáveis, ou seja, ao enunciar uma teoria devem-se apresentar os meios para refutá-la. Caso a teoria resista aos testes, ou seja, os testes não a refutem, eles a corroboram de maneira temporária, até que outros testes venham a ser feitos.

Para haver falsificação é necessário partir de algum lugar, Popper (2007) chama esta base teórica de enunciados básicos, que também podem ser falseados, desta forma, não há enunciados básicos definitivos.

Popper é, então, um crítico do método indutivista. Para o autor, não existe indução, nem mesmo probabilística, a hipótese vem sempre primeiro, este é o “[...] *método dedutivo de prova*, ou de concepção segundo a qual uma hipótese só admite prova empírica – e tão somente – *após* haver sido formulada” (POPPER, 2007, p.30, grifos do autor). Assim, o critério de demarcação de Popper é a falseabilidade,

[...] só reconhecerei um sistema como empírico ou científico se ele for passível de comprovação pela experiência. Essas considerações sugerem que deve ser tomado como critério de demarcação não a *verificabilidade*, mas a *falseabilidade* de um sistema (POPPER, 2007, p.42, grifos do autor).

Popper (2007) apresenta, desta forma, uma ‘seleção natural’ de teorias que de vem sempre ser testadas no sentido de serem refutadas e substituídas por novas teorias. Escolhe-se uma teoria em detrimento de outras quando ela se torna a melhor em confronto com as demais, “ela não será apenas a que já foi submetida a severíssimas provas, mas a que também é suscetível de ser submetida a provas de maneira mais rigorosa” (POPPER, 2007, p.116).

Isto nos leva à visão do autor sobre a evolução da ciência. O avanço da ciência não é cumulativo. A liberdade dos pesquisadores é a chave do processo. A Ciência se desenvolve por meio de “ideias arriscadas, antecipações injustificadas, pensamento especulativos, [estes] são os únicos meios de que podemos lançar mão para interpretar a natureza [...]” (POPPER, 2007, p.307). Dentro desta perspectiva o autor apresenta o conceito de sistemas axiomatizados, que são sistemas de teorias logicamente bem construídos de forma que qualquer nova proposição seja entendida como o que realmente é, uma modificação no sistema e não um complemento. Eles devem satisfazer a quatro condições:

[...] (a) o sistema de axiomas deve estar *livre de contradições* (seja a autocontradição, seja a mútua contradição). Isso equivale a exigir que não seja possível deduzir, dos axiomas, todos os enunciados arbitrariamente escolhidos; (b) o sistema deve ser *independente*, isto é, não deve conter qualquer axioma dedutível dos demais axiomas. (Em outras palavras, um enunciado só será denominado axioma se não for dedutível, junto com o resto do sistema.). Essas duas condições dizem respeito ao sistema axiomático como tais; no que concerne à relação do sistema axiomática para com o todo da teoria, os axiomas devem ser (c) *suficientes* para a dedução de todos os enunciados pertencentes à teoria a ser axiomatizada e (d) *necessários*, para o mesmo propósito; o que significa que eles não devem incluir pressupostos supérfluos (POPPER, 2007, p.75, grifos do autor).

A tendência da evolução das teorias é sair de baixos graus de universalidade para altos graus de universalidade, como os sistemas axiomatizados. Se o início da teoria já estivesse em um alto grau de universalidade, poderia ser considerado, naquele momento, como metafísico e não como ciência empírica, pois a comunidade científica poderia ainda não estar pronta para esta teoria. A única alternativa apontada pelo autor seria a realização de um experimento crucial (definitivo), baseado em uma situação problema, que corroborasse a teoria (POPPER, 2007).

Outra posição do autor a ser considerada está relacionada à questão das hipóteses auxiliares ou

hipóteses *ad hoc*. Essas hipóteses são arranjos incrementais na teoria que são usadas para reforçar sua consistência e fazer frente a resultados adversos obtidos em testes, evitando, no caso das proposições de Popper (2007), a refutação da teoria. Para o autor, o uso das hipóteses auxiliares só é admitido se estas aumentarem a falseabilidade da teoria em teste, caso contrário, essas hipóteses são inaceitáveis.

As propostas de Popper tiveram grande influência na teoria do conhecimento, porém, ele recebeu algumas críticas. Lakatos (1999), que pode ser considerado um ‘continuador de sua obra’, tem algumas restrições a Popper. A principal crítica está relacionada à falsificação imediata de teorias refutadas, pois os testes são passíveis de erro, tanto de percepção, como de instrumentos. Lakatos, entretanto, concorda com o teste (implacável) da teoria, mas a refutação deve estar relacionada com a substituição de uma teoria (ou sistemas de teorias) por outra melhor. Outra crítica de Lakatos em relação à Popper está centrada no próprio critério de demarcação de Popper, pois

O critério de demarcação de Popper pode de fato ser facilmente ‘falsificado’ [...], mostrando que à sua luz, as melhores realizações científicas não foram científicas e que os melhores cientistas, nos seus melhores momentos, quebraram as regras do jogo da ciência de Popper (LAKATOS, 1999, p.159).

Feyerabend (2007) argumenta que o método de Popper (2007) não se sustenta. Se as teorias refutadas fossem realmente descartadas tanto a mecânica newtoniana, quanto a relatividade einsteiniana já teriam sido postas de lado, sem dar os frutos que deram. As teorias refutadas devem ser tomadas como teorias “alternativas” que contribuem para fortalecer as teorias “vitoriosas”.

Os metodólogos podem ressaltar a importância dos falseamentos – mas empregam alegremente teorias falseadas; podem fazer sermões a respeito do quão importante é considerar toda a evidência relevante, mas jamais mencionam aqueles fatos importantes e drásticos que mostram que as teorias que admiram e aceitam talvez estejam em tão má situação quanto as teorias mais velhas que rejeitam (FEYERABEND, 2007, p.85).

Segue-se para a discussão do critério de demarcação de Thomas Kuhn (1978), baseado na ideia de revolução científica.

2.2 Thomas Kuhn: paradigmas, ciência normal e revoluções científicas

Kuhn (1978) apresenta os conceitos de paradigma, ciência normal, anomalia, crise e revolução científica; como bases para entender o desenvolvimento da ciência.

Os cientistas que compartilham dos mesmos paradigmas estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica, assim, “um paradigma governa, em primeiro lugar, não um objeto de estudo, mas um grupo de praticantes da ciência” (KUHN, 1978, p.224). Os paradigmas têm duas características essenciais:

(...) suas realizações foram suficientemente sem precedentes para atrair um grupo duradouro de partidários, afastando-os de outras formas de atividade científica dissimilares. Simultaneamente, suas realizações eram suficientemente abertas para deixar toda espécie de problemas para serem resolvidos pelo grupo redefinido de

praticantes da ciência (KUHN, 1978, p.30).

Em outras palavras, o paradigma pode ser considerado como o corpo de conhecimentos aceito e usado por uma comunidade científica. A prática do paradigma dentro desses padrões é o que identifica uma ciência normal.

A ciência normal é a atualização da promessa do paradigma. Quando a pesquisa evolui dentro de um paradigma, as comunicações tendem a ser em forma de artigos mais breves, acessíveis apenas aos que partilham do paradigma (KUHN, 1978). A ciência normal é onde a ciência progride de maneira mais notável, o que é permitido pela própria comunidade científica que aceita o paradigma.

Kuhn (1978) chama de anomalias os problemas não solucionados que a teoria vai apresentando na medida em que é usada, “as anomalias aparecem somente contra o pano de fundo proporcionado pelo paradigma” (p.92). Ao contrário de Popper (2007) que prevê o descarte da teoria, no caso da ciência normal, as anomalias são vistas como normais e com possibilidade de resolução com o avanço da própria ciência normal. Quando as anomalias se acumulam, podem formar novas escolas (ou novas teorias) que passam a competir com a ciência normal. Pode haver dois resultados: a ciência normal triunfa e continua seu caminho de desenvolvimento, ou as teorias alternativas conseguem vencer a teoria original, neste caso se tem uma revolução científica em curso (KUNH, 1978).

Revoluções científicas são “[...] episódios de desenvolvimento não cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior” (KUHN, 1978, p.125). Estabelecido o novo paradigma, volta-se, então, ao produtivo período de ciência normal. Segundo Chalmers (1993), “o quadro de Kuhn da maneira como progride a ciência pode ser resumido no seguinte esquema aberto: *pré-ciência – ciência normal – crise-revolução – nova ciência normal – nova crise*” (p.123, grifos do autor).

Kuhn (1978), Popper (2007), Feyerabend (2007) e Lakatos (1999) acreditam que o avanço da ciência não é cumulativo. Kuhn aproxima-se ainda de Feyerabend no sentido da incomensurabilidade dos paradigmas (CHALMERS, 1993), na linha de Burrell e Morgan (1979).

O critério de demarcação de ciência de Kuhn (1978) é a aquisição de um primeiro paradigma para o campo, pois “a aquisição de um paradigma e do tipo de pesquisa mais esotérico¹ que ele permite é um sinal de maturidade no desenvolvimento de qualquer campo científico que se queira considerar” (KHUN, 1978, p.31). Segundo Chalmers (1993, p.146) “a característica mais importante de um campo de indagação quanto à distinção entre ciência e não ciência, afirma Kuhn, é a extensão em que o campo é capaz de sustentar uma tradição científica normal”.

O período pré-paradigmático, em particular, é regularmente marcado por debates frequentes e profundos a respeito dos métodos, problemas e padrões de solução legítimos – embora estes debates sirvam mais para definir escolas que para produzir um acordo (KHUN, 1978, p.73).

Durante este período é difícil encontrar provas de progresso do conhecimento, a não ser dentro das próprias escolas competidoras. Esses debates não se extinguem imediatamente com o surgimento do paradigma, porém, com o passar do tempo e estabelecimento da ciência normal, são praticamente extintos, voltando apenas pouco antes das revoluções científicas (KHUN, 1978).

Um paradigma, em sua primeira aparição pode parecer muito limitado tanto em seu âmbito quanto em sua

precisão, porém, se foi reconhecido como tal significa que pareceu ser melhor que as outras teorias, apesar de não explicar todos os fatos (e de fato isto nunca acontece). Um dos fatos que caracteriza a emergência do primeiro paradigma é a confiança crescente nos manuais ou seus equivalentes produzidos pela comunidade científica para treinar os próximos cientistas (KHUN, 1978).

Outro conceito relevante do autor é o de comunidade científica. Uma comunidade científica é um grupo formado por praticantes de uma mesma especialidade científica, com iniciação profissional e educação similar, baseada em uma mesma literatura-padrão e que trabalham com o mesmo objeto de estudo científico. As comunidades científicas são, então, formadas nas escolas de nível superior, onde os futuros cientistas são treinados dentro da ciência normal vigente à época, o que, de certa forma, pode fazer com que ideias novas sejam consideradas *a priori* como não científicas dentro de um campo de conhecimento já consolidado (KHUN, 1978).

Ao invés de utilizar o termo teoria, Khun (1978) prefere matriz disciplinar. Matriz porque é composta por elementos ordinários de várias espécies e disciplinar porque se refere à posse comum de uma disciplina particular. A matriz disciplinar é constituída por objetos de compromisso (paradigmas ou partes deles), os seus principais componentes são: a) Generalizações Simbólicas: expressões utilizadas sem discussão ou dissensão pelos membros do grupo que podem ser expressas de maneira lógica e são pontos de apoio para a resolução dos quebra-cabeças, b) Crenças em Determinados Modelos: fornece ao grupo analogias e metáforas preferidas ou permissíveis, ajudando a determinar o que será aceito como resposta de um quebra-cabeça e ainda quais são os quebra-cabeças mais importantes, c) Valores: faz com que os pesquisadores se sintam parte de uma comunidade, porém, os valores podem ser compartilhados por pessoas que divergem quanto à sua aplicação, o que pode ser saudável para a ciência e é uma maneira de uma comunidade científica diminuir os riscos e assegurar o sucesso no longo prazo e d) Exemplos: soluções concretas para problemas, indicando por meio de exemplos como o cientista deve realizar seu trabalho.

A história da ciência tem sido e deveria ser uma história de competição entre programas de investigação (ou se preferir, 'paradigmas'), mas não tem sido e não se deve transformar numa sucessão de períodos de 'ciência normal': quanto mais cedo se inicia a competição, melhor para o progresso. O 'pluralismo teórico' é melhor que o 'monismo teórico': neste ponto Popper e Feyerabend têm razão e Kuhn está enganado (LAKATOS, 1999, p.79-80, grifos do autor).

Segundo Chalmers (1993, p.123), “a diferença entre Kuhn de um lado e Popper e Lakatos de outro, é a ênfase do primeiro nos fatores sociológicos”, esta diferença também “deu ocasião a um debate quanto às duas posições contrastantes associadas com os termos ‘racionalismo’ e ‘relativismo’ respectivamente” (CHALMERS, 1993, p.137). Santos (2003), por outro lado, amplia ainda mais a perspectiva sociológica de Kuhn (1978), sugerindo que a mudança de paradigma não estaria restrita a provas científicas e à comunidade científica, dependendo também do ambiente social.

Na próxima seção é apresentada a proposta de Feyerabend (2007).

1.4 Feyerabend: anarquismo ou liberdade?

Esta é a proposta mais aberta de todas. Ela considera que não existe um padrão para o desenvolvimento da Ciência, pois “os eventos, os procedimentos e os resultados que constituem as ciências não têm uma estrutura comum; não há elementos que ocorram em toda investigação científica e não estejam em outros

lugares” (FEYERABEND, 2007, p.19, grifos do autor).

Segundo Feyerabend (2007, p.31, grifos do autor) “[...] o *anarquismo*, ainda que talvez não seja a mais atraente filosofia *política*, é, com certeza um excelente remédio para a *epistemologia* e para a *filosofia da ciência*”, assim, “o *único princípio que não inibe o progresso é: tudo vale*”.

Por não haver padrões no seu desenvolvimento (como os expostos anteriormente por Popper e Kuhn), pode-se considerar que “a *ciência é um empreendimento essencialmente anárquico: o anarquismo teórico é mais humanitário e mais apto a estimular o progresso do que suas alternativas que apregoam a lei e a ordem*” (FEYERABEND, 2007, p.31, grifos do autor). Ainda segundo o autor, nenhuma teoria estará de acordo com todos os fatos, se exige isto não se tem teoria alguma, assim, o falsificacionismo (de Popper) não faz nenhum sentido.

Neste contexto, o cientista deve aproveitar todas as oportunidades disponíveis e não estar preso a métodos, pois as situações são sempre novas e a ciência é um meio complexo, com desdobramentos surpreendentes que não cabem em procedimentos ou regras estabelecidas, some-se a isso as condições em constante mudança na história. Porém, “[...] o elemento mais capaz de levar um cientista moderno a abandonar aquilo que sua ‘consciência científica’ lhe diz que deve perseguir ainda é o *dólar (...)*” (FEYERABEND, 2007, p.69, grifos do autor).

O princípio básico defendido pelo autor é o da contra-indução. Ele sugere que a criação de hipóteses que contradigam as teorias estabelecidas faz avançar a ciência. A construção de teorias alternativas pode ajudar a entender os resultados das provas e, conseqüentemente, a refutação da teoria original. As teorias refutadas não devem ser descartadas e podem ser tomadas como teorias alternativas, contribuindo para fortalecer as teorias vitoriosas (FEYERABEND, 2007).

Segundo Feyerabend (2007, p.46) “[...] algumas das mais importantes propriedades formais de uma teoria são descobertas por contraste, e não por análise”, pois as teorias devem ser comparadas antes com outras teorias “[...] do que com a ‘experiência’ e tem de tentar aperfeiçoar, em vez de descartar, as concepções que fracassaram nesta competição”, pois os “[...] preconceitos são descobertos por contraste e não por análise” (p.47).

O autor discorda dos padrões de desenvolvimento da ciência propostos, pois eles não explicam o passado da ciência e podem estorvá-la no futuro, “Sem ‘caos’ não há conhecimento. Sem um frequente abandono da razão não há progresso” (FEYERABEND, 2007, p.220). Para o autor, as ideias que formam a base atual da ciência só existem hoje porque no passado houve preconceito, presunção e paixão que se opuseram à razão.

Feyerabend (2007) tem uma posição firme em relação ao controle social da ciência. Para o autor, o público em geral tem o direito de participar da discussão sobre as realizações científicas, e isto será feito sem atrapalhá-las, pois não existem caminhos certos ou garantidos para seu desenvolvimento. Ainda nos casos em que o trabalho do cientista afete o público, este deveria ter o direito de participar, ou seja, “[...] uma democratização completa da ciência (o que inclui a proteção das minorias, como os cientistas) não está em conflito com a ciência” (p.21). Esta postura estaria, sim, em conflito com o racionalismo, “[...] que usa uma imagem congelada da ciência para aterrorizar pessoas não familiarizadas com sua prática” (p.21).

O autor argumenta, ainda, que a ciência é apenas uma das formas de “lidar” com o mundo, e acredita também que o atual *status* da ciência, faz com que “sua autoridade social [seja] tão esmagadora *que se faz necessária uma interferência política para restaurar um desenvolvimento equilibrado*” (FEYERABEND, 2007, p.222, grifos do autor).

Tudo o que digo é que os não-especialistas frequentemente sabem mais que especialistas e *deveriam, portanto, ser consultados*, e que profetas da verdade (incluindo os que empregam argumentos) em geral são impelidos por uma visão que conflita com os próprios eventos que, supõe-se, esta visão estaria explorando. Existe uma ampla evidência para ambas as partes desta asserção (FEYERABEND, 2007, p.17, grifos do autor).

A posição de Feyerabend é bastante distinta das posições anteriores e a principal crítica a seu trabalho é feita por Lakatos (1999) que a classifica de relativista.

[...] um dos relatos de ciência contemporâneos mais estimulantes e provocadores é aquele que foi pitorescamente apresentado por Paul Feyerabend; nenhuma avaliação da natureza ou do *status* da ciência estaria completa sem alguma tentativa de entrar em acordo com ele (CHALMERS, 1993, p.173).

Segundo Santos (2003) o incompreendido ‘anarquismo metodológico’ de Feyerabend não pode ser desconsiderado levemente, pois contém críticas importantes. Porém, a recusa radical de Feyerabend do caráter privilegiado do conhecimento científico inviabilizaria a dupla ruptura epistemológicaⁱⁱ proposta por Santos (2003). Além disso, Santos (2003) identifica, no próprio texto de Feyerabend (2007), que se não há uma regra de ouro, há diversas regras que são seguidas em determinados contextos, contrariando a asserção feyerabendiana que a regra é não ter regras. Outra crítica de Santos (2003) a Feyerabend é em relação à duplicidade retórica do conhecimento científico, pois Feyerabend se concentra apenas no autoconvencimento do cientista sem considerar o contexto (comunidade científica) ao qual o cientista também responde que atua de forma diferenciada em cada cientista. Assim, Santos (2003) prefere o conceito de metodologia transgressiva (transgressão em relação aos argumentos mais convincentes da comunidade científica e violação de regras publicamente consagradas) ao de anarquismo metodológico, pois o primeiro contempla a duplicidade retórica, ou seja, contempla a comunidade científica no contexto. Em síntese, Santos (2003) aponta que o cientista não se vê como um anarquista, em uma investigação concreta nunca vale tudo (como em alguns momentos Feyerabend deixa transparecer e em outros afirmar), pois há argumentos mais ou menos válidos e mais ou menos convincentes, o que vale também para o método, e existem algumas regras, mesmo que contextuais para a investigação.

2.4 Boaventura de Souza Santos: a dupla ruptura epistemológica

A superação da distinção entre senso comum e ciência, via dupla ruptura epistemológica, levaria à transformação de ambos os tipos de conhecimento em uma nova forma simultaneamente e mais reflexiva e mais prática, mais democrática e mais emancipadora que qualquer um deles em separado (SANTOS, 2003). A sua análise, ao contrário das já apresentadas, que partem das ciências naturais, parte da perspectiva das ciências sociais. Assim, o autor dá importância ao contexto e aos fatores sócio-psicológicos da ciência. Kuhn (1978) atribuíra esta importância apenas à comunidade científica, porém foi acusado de irracional por Lakatos (1999) e Popper (2007). Santos (2003) vai ainda mais longe e mostra a importância da sociedade como um todo para a mudança de paradigma.

Toda ciência é interpretativa e as ciências sociais são duplamente interpretativas. A verificação ou a falsificação das explicações causais ou das regularidades nomotéticas

estão sempre subordinadas à avaliação do sentido da interpretação (do contexto da abstração e da generalização) que lhe subjaz. A tentativa, bastante em voga no pós-guerra, de eliminar o estorvo do sentido pelo recurso aos ‘fatos nus e crus’ teve o desfecho, já por nós conhecido, de, em finais da década de sessenta e princípios da década de setenta, termos sido obrigados a redescobrir que, sem o estorvo do sentido, era a própria atividade científica que deixava de ter sentido (SANTOS, 2003, p.90).

O conhecimento na sociedade capitalista ocidental é produzido em quatro contextos: doméstico, do trabalho, da cidadania e da mundialidade. Cada um desses contextos tem uma intersubjetividade própria. Esses contextos, apesar de estruturalmente separados, se interpenetram e se influenciam de diversas formas, podendo ser considerados, cada um deles, constituídos por um saber comum (SANTOS, 2003). O conhecimento científico, por sua vez, seria produzido em um contexto específico: a comunidade científica, onde se cruzam os quatro contextos.

[...] contexto do trabalho, na medida em que a investigação está hoje organizada como lugar de trabalho e cada vez mais de trabalho empresarial; do contexto da cidadania, na medida em que a ciência pertença mais ou menos exclusivamente ao Estado e é produzida em muitos países por um corpo de funcionários do Estado; do contexto da mundialidade, na medida em que a produção e a aplicação do conhecimento científico é um dos ingredientes principais das relações entre nações e das trocas desiguais que realiza (SANTOS, 2003, p.155-156).

Houve, no início da sociologia, uma preponderância dos métodos quantitativos, “a proximidade entre objeto e sujeito (membros da mesma sociedade) foi, neste caso, considerada excessiva, e a quantidade serviu para criar a distância julgada essencial à produção de conhecimento objetivo” (SANTOS, 2003, p.110). Naquele período foi dado imenso valor à linguagem dita científica no intuito “[...] de fugir às armadilhas da linguagem vulgar e da linguagem literária, uma preocupação tanto mais premente dado o objeto de estudo ter ele próprio uma linguagem que partilha com o cientista, enquanto cidadão, a linguagem vulgar” (p.112).

Santos (2003) acredita que a mudança de paradigma irá inverter a relação ente ciências naturais e ciências sociais em relação ao desenvolvimento de cada uma enquanto ciência por dois motivos:

[...] em primeiro lugar o avanço científico nas ciências naturais é o principal responsável pela crise do modelo positivista e, em face dela, as características, que antes ditaram a precariedade do estatuto epistemológico das ciências sociais, são reconceptualizadas e passam a apontar o horizonte epistemológico possível para as ciências no seu conjunto. Em segundo lugar, a materialidade tecnológica em que o avanço científico das ciências naturais se plasmou não fez com que os objetos teóricos das ciências naturais e das ciências sociais deixassem de ser distintos, mas fez com que aquilo em que são distintos seja progressivamente menos importante do que aquilo em que são iguais (SANTOS, 2003, p.52).

Nesse contexto, o autor propõe a dupla ruptura epistemológica no intuito de fazer uma crítica sistemática às correntes dominantes da reflexão epistemológica sobre ciência moderna, partindo das ciências sociais e se estendendo às demais ciências.

Santos (2003) defende que, para se chegar a uma ciência pós-moderna, devem ser realizadas duas rupturas epistemológicas. A primeira é uma ruptura com o senso comum para o desenvolvimento da ciência e a segunda é uma ruptura com a primeira ruptura, recuperando a importância do senso comum, assim “[...] caminhamos para uma nova relação entre ciência e senso comum, uma relação em que qualquer deles é feito do outro e ambos fazem algo de novo” (SANTOS, 2003, p.40, grifos do autor).

[...] A dupla ruptura procede a um trabalho de transformação *tanto* do senso comum *como* da ciência. Enquanto a primeira ruptura é imprescindível para construir a ciência, mas deixa o senso comum tal como estava antes dela, a segunda ruptura transforma o senso comum com base na ciência. Com esta dupla transformação pretende-se um senso comum esclarecido e uma ciência prudente, [...] A dupla ruptura epistemológica tem por objetivo criar uma forma de conhecimento, ou melhor, uma configuração de conhecimentos que, sendo prática, não deixe de ser esclarecida e, sendo sábia, não deixe de estar democraticamente distribuída [...] Desconstrói a ciência, inserindo-a numa totalidade que a transcende. Uma desconstrução que não é ingênua e nem indiscriminada porque se orienta para garantir a emancipação e a criatividade da existência individual e social, valores que só a ciência pode realizar, mas que não pode realizar enquanto ciência (SANTOS, 2003, p.41-42, grifos do autor).

A primeira ruptura está em curso no atual estágio da ciência, porém a segunda ruptura é apenas um projeto cuja realização plena só acontecerá em um contexto de novo paradigma científico (SANTOS, 2003). A segunda ruptura epistemológica pretende construir um novo senso comum com mais sentido, porém, menos comum. Neste sentido o consenso seria a medida da objetividade e os valores da justiça e da emancipação social passam a fazer parte, cada vez mais, do discurso epistemológico.

A dupla ruptura epistemológica também influirá na aplicação do conhecimento científico. Pois, “[...] deve-se *suspeitar* de uma epistemologia que recusa a reflexão sobre as condições sociais de produção e distribuição (as consequências sociais) do conhecimento científico” (SANTOS, 2003, p.30, grifos do autor). O autor classifica a aplicação do conhecimento baseado na primeira ruptura epistemológica como Aplicação Técnica do conhecimento científico, enquanto que a aplicação baseada na dupla ruptura epistemológica é classificada como Aplicação Edificante do conhecimento científico. Em síntese, pode-se dizer que as diferenças entre as propostas estão no sentido de democratizar (por meio da comunicação) a construção, a aplicação e a distribuição dos resultados do conhecimento científico. A construção do senso comum ou do conhecimento prático ‘esclarecido’, proposta pelo autor, reaproxima a ciência da sociedade (separada pela primeira ruptura epistemológica) e faz da emancipação o objetivo final do conhecimento.

A proposta de Santos (2003) se diferencia das demais já apresentadas na medida em que não cria um modelo universal para o desenvolvimento científico, mas, sim, um modelo para o próximo passo do desenvolvimento científico. O próximo passo deve partir das ciências sociais, pois enquanto as ciências naturais tentam entender o mundo, as ciências sociais podem mudá-lo.

Enquanto as teorias sociais ou algumas das teorias psicológicas influenciam a disposição ou as ações das pessoas, elas têm um efeito sobre os sistemas a que supostamente se aplicam de uma forma que as ciências físicas não têm. Há um sentido real em que, no desenvolvimento das ciências humanas e sociais, visamos antes mudar, do que simplesmente interpretar o mundo (CHALMERS, 1994, p.34).

Santos (2003) também é a favor do controle social da ciência, pois quem exerce a ciência deve estar comprometido com seus resultados. Mais ainda, a sociedade deve conhecer a linguagem científica, o que pode ser alcançado com a segunda ruptura epistemológica, facilitando este controle.

No contexto da proposta de Santos (2003) não foram encontradas críticas diretas, porém, ela diverge das anteriores, essencialmente em trazer para as ciências sociais o foco do entendimento da ciência e sugerir que essas serão o modelo para o futuro da ciência. Santos (2003) argumenta que as ciências sociais só estão na fase pré-paradigmática dentro de uma perspectiva positivista e quantitativista, que hoje em dia não é mais a única forma de vê-las.

Na próxima seção será apresentada a perspectiva teórica para a Gestão Social utilizada neste trabalho.

3 GESTÃO SOCIAL: UMA ESCOLHA TEÓRICA

Recentes publicações têm avançado na discussão em torno da Gestão Social no sentido da construção do campoⁱⁱⁱ ou de questionar os avanços realizados e/ou a institucionalização do campo^{iv}.

Além destes trabalhos, cabe mencionar outros estudos como Cançado e Oliveira (2013), que discutem as contribuições teóricas da república de Platão para a Gestão Social, Cançado, Tavares e Dallabrida (2013) que aproximam os conceitos de governança territorial e Gestão Social e ainda Cançado (2013a) que estabelece um debate com Araújo (2012) sobre quatro pontos: atual estado da arte da Gestão Social e a questão do paradigma; Gestão Social como campo do conhecimento; institucionalização da Gestão Social; e endogenia, autorreferencialidade e autocitações no interior do campo. Fischer (2002), Cançado (2013b) e Araújo (2012) sugerem agendas de pesquisa para a Gestão Social.

Dessa discussão, emerge a necessidade de verificar se a Gestão Social se constitui enquanto um campo de conhecimento, seja porque ele se constitui precocemente (ARAÚJO, 2012; BOULLOSA, 2009; BOULLOSA; SCHOMMER; 2008; 2009), seja pelo perigo iminente de banalização e esvaziamento do campo (CANÇADO, 2011; FRANÇA FILHO, 2008) ou para a construção de um sentido para a Gestão Social (FISCHER, 2002).

Entende-se que o campo ainda está em construção (BOULLOSA, 2009) e ainda existem inconsistências (ARAÚJO, 2012), além de diversas acepções sobre o próprio campo (CANÇADO, 2011). Por isso, se faz necessário realizar uma escolha teórica. Esta escolha não tem a intenção de indicar o melhor ou o único caminho para a compreensão da Gestão Social, porém, parece ser a mais adequada, dado o objetivo desse trabalho. A escolha opta por seguir na linha de Tenório (1998, 2008a; 2008b; 2012; 2013) e de Cançado, Pereira e Tenório (2013) que consideram a Gestão Social um modo de gerir a ntético à gestão estratégica.

Em síntese, tem-se uma primeira aproximação da delimitação do campo: a Gestão Social é a **tomada de decisão coletiva, sem coerção**, baseada na **inteligibilidade** da linguagem, na **dialogicidade** e no **entendimento** esclarecido como processo, na **transparência** como pressuposto e na **emancipação** enquanto fim último (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p.132, grifos nossos)^v.

Para além dessa definição, a Gestão Social, na perspectiva de Cançado, Pereira e Tenório (2013) se funda no Interesse Bem Compreendido - IBC^{vi}, em bases Solidárias e Sustentáveis, acontece na Esfera Pública e tem como fim a Emancipação.



Figura 1 – Aproximação Teórica para a gestão social.

Fonte: adaptado Cançado, Pereira e Tenório (2013).

O IBC está relacionado à compreensão de que o alcance interesse coletivo é pré-condição para o alcance do interesse individual, mesmo porque esse está inserido naquele, ou seja, o interesse individual pode ser considerado como parte do interesse coletivo, de alguma forma. Se o ser humano vive coletivamente, a não atenção ao interesse coletivo gera uma tensão que torna frágil e volátil o alcance do interesse individual. Esta Categoria Teórica deve ser entendida em bases de Solidariedade (interdependência entre as pessoas) e Sustentabilidade (no sentido amplo de continuidade, não apenas no sentido ambiental) (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013).

A Esfera Pública é o local por excelência da Gestão Social, pois é onde as pessoas privadas se encontram no público para tratar de temas relacionados à sociedade. Esta Esfera Pública, descrita por Cançado, Pereira e Tenório (2013) deve ter as características elencadas anteriormente para a delimitação da Gestão Social.

A Emancipação, dentro desta perspectiva, é entendida no sentido de livrar-se da tutela de alguém e pensar por si próprio, ultrapassando as perspectivas de consecução e manutenção do poder e buscando o Bem Comum.

A perspectiva da dialética negativa adorniana (ADORNO, 2009) (tese e antítese, sem pretensão de síntese) apresenta a ligação, ou a inter-relação entre as Categorias Teóricas. Quanto mais se avança no sentido do IBC na Esfera Pública (com a delimitação proposta), mais se avança em termos de Emancipação e vice-versa. Em outras palavras, se constrói a Gestão Social a partir de sua prática e vivência. Quanto mais IBC, mais Emancipação e vice-versa. Finalizando essa breve descrição da opção teórica desse trabalho acerca da Gestão Social, cabe dizer, na linha dos autores já citados, que esta delimitação se constitui em um tipo ideal weberiano, pois se tem a plena consciência que estas categorias não se apresentarão em estado pleno, porém, podem ser consideradas como o norte para a caracterização da Gestão Social.

Em síntese, pode-se dizer que a escolha teórica aqui realizada acredita no potencial das pessoas (individual e coletivo) para a Gestão Social e que a mesma se (re)constrói durante o processo. As pessoas envolvidas podem não ter conhecimento técnico, mas isto é passível de aprendizado, que não é fácil, mas possível, via apoio do Estado (CARRION, 2007) ou mesmo sem este apoio (CANÇADO; TAVARES; DALLABRIDA, 2013). A própria designação como tipo ideal weberiano, de certa forma, deixa claro que é um processo de aprendizado e que se reforça via dialética negativa (ADORNO, 2009). A Gestão Social pode ser considerada por alguns como utópica hodiernamente na nossa sociedade. Esse, sem dúvida, é o caminho mais fácil para criticar esta perspectiva. Porém, a Gestão Social também pode ser considerada por outros, e este trabalho advoga nesta linha, como uma alternativa, que se apresenta de maneira processual e imperfeita, mas que traz a co-responsabilidade da gestão diretamente para aqueles que serão impactados por ela. Em outras palavras, é “justo” que se participe de uma decisão que trará impactos para a sua vida.

Feita a escolha teórica, passa-se à apresentação da questão central do texto.

4. GESTÃO SOCIAL COMO CAMPO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Nesta seção resgatam-se os critérios de demarcação apresentados anteriormente realiza-se a aproximação com a escolha teórica para a Gestão Social com cada um deles.

4.1 Popper

A proposta de Popper (2007) está centrada na falseabilidade e sistemas axiomatizados. Desta forma, para que a proposta de delimitação seja considerada como ciência deve se constituir em sistema axiomatizado e ser passível de falsificação.

O sistema axiomatizado, baseado nesta proposta para a Gestão Social, pode ser definido da seguinte forma: 1) a Gestão Social acontece em uma Esfera Pública caracterizada pela tomada de decisão coletiva, sem coerção, em um ambiente transparente, dialógico e inteligível; 2) a Gestão Social se funda em uma relação entre Emancipação e IBC (em um contexto de solidariedade e sustentabilidade), em um processo social contínuo baseado na dialética negativa adorniana. Cabe ressaltar que essa aproximação teórica considera as categorias e suas interpelações como tipos ideais weberianos.

Entende-se aqui que este sistema é livre de contradições, pois as categorias teóricas são complementares e não contraditórias. Ao mesmo tempo, os enunciados são independentes, pois não é possível deduzir um do outro. Os enunciados são suficientes para apresentar a teoria como um todo e não existem pressupostos supérfluos. Desta forma, pode-se caracterizar este conjunto de enunciados como um sistema axiomatizado popperiano.

Segundo Popper (2007) ao apresentar-se uma teoria, devem ser apresentados também os meios para refutá-la, satisfazendo assim a condição de falsificabilidade da teoria, de modo que possa ser considerada como científica.

No caso desta proposta teórica, o principal meio para refutá-la é testar as próprias condições que a embasam. Como se trata de Ciências Sociais, não se pode propor refutações empíricas, de forma que resta propor refutações na forma de discussão das Categorias Teóricas.

A primeira possibilidade de refutação da teoria proposta é identificar se a Esfera Pública proposta pode se configurar, na perspectiva do tipo ideal weberiano que a configura, como espaço para a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade, dialogicidade e transparência, conforme proposto. Caso isto não ocorra, a teoria pode ser refutada.

Outra possibilidade se relaciona ao segundo enunciado, faz-se necessário discutir se o Interesse Bem Compreendido pode acontecer em um contexto de Solidariedade e Sustentabilidade. Em outras palavras, pode-se discutir se os conceitos são compatíveis e complementares, como está sendo proposto, ou não. Em caso negativo a teoria poderia ser refutada.

Por fim, pode-se questionar a relação dialética negativa entre IBC e Emancipação. Como ambos são de difícil mensuração^{vii}, pode-se buscar uma forma alternativa, mais objetiva ou “falsificável” de verificar este enunciado. Como a Emancipação se presta a reforçar o IBC, que acontece em um contexto de Solidariedade e Sustentabilidade (e vice versa) via Esfera Pública (na configuração aqui apresentada). Se a Esfera Pública (alimentada pela relação entre IBC e Emancipação) deixar de existir, ou não se reforçar no tempo o enunciado pode ser refutado.

Ao satisfazer as condições propostas por Popper (2007), pode-se dizer que, dentro do critério de

demarcação de Popper (2007), a Gestão Social aproxima-se de um campo do conhecimento científico. Na seção seguinte será realizada a aproximação com o critério de demarcação de Kuhn (1978).

4.2 Kuhn

O critério de demarcação de Kuhn (1978) é a aquisição do primeiro paradigma. Após esta condição satisfeita o campo se consolida como ciência normal para determinada comunidade científica, estabelecendo sua matriz disciplinar como base para a resolução de quebra-cabeças. A partir daí, contra o pano de fundo da ciência normal vão-se acumulando anomalias que podem resultar em uma revolução científica, iniciando novamente o processo.

Desta forma, para atender ao critério de demarcação de Kuhn (1978), a Gestão Social precisa ter estabelecido seu primeiro paradigma e apresentar uma matriz disciplinar para guiar a ciência normal. Porém, segundo Coelho (2004), Fischer, (2002) e Fischer e Melo (2006) a Gestão Social ainda está na fase pré-paradigmática. Para Ramos *et al.* (2009) e Matos *et al.* (2009) a Gestão Social tem potencial para uma mudança de paradigma na Teoria das Organizações, ou seja, pode ser considerada uma anomalia. Fischer (2007) e Oliveira *et al.* (2009) acreditam que a Gestão Social pode mudar, inclusive, o paradigma das empresas e Mendes (2008) classifica a Gestão Social como o novo paradigma da Administração contemporânea.

Para se perceber em que posição está a Gestão Social em relação ao estabelecimento de um paradigma kuhniano, o caminho é identificar sua matriz disciplinar. O trabalho de Cançado (2011) realizou uma análise de conteúdo das publicações (artigos em periódicos e eventos, teses e dissertações), identificando variações no que se refere à utilização do termo. Porém, já se identificou algumas tendências em relação a entendê-la como uma gestão participativa ou como gestão de organizações sem fins lucrativos. Desta forma pode-se dizer que estas são possíveis generalizações simbólicas, que podem ser ampliadas com o passar do tempo. Retomando as Categorias Teóricas propostas, a partir delas pode haver generalizações simbólicas razoavelmente compatíveis com essas respostas.

As categorias deixam claro um modelo, desta forma, a “Crença em Determinados Modelos” também é atendida, pois a partir do proposto já se torna possível se determinar as respostas esperadas para a resolução de quebra-cabeças, e ainda identificar quais os quebra-cabeças mais importantes. Neste sentido, as Categorias Teóricas da Gestão Social propostas e suas inter-relações se apresentam como um modelo no qual é possível dizer, pelo menos se determinada gestão não pode ser categorizada como Gestão Social.

Em relação aos valores, os autores que os exprimem explicitamente são Maia (2005), que considera a democracia e a cidadania e Pimentel *et al.* (2011), que considera como o interesse público bem compreendido, na concepção de Tocqueville. Dentro da proposta apresentada, a Solidariedade e a Sustentabilidade (enquanto Categorias Teóricas da Gestão Social) podem ser consideradas os valores da Gestão Social. Desta forma, esses podem ser classificados como os valores da Gestão Social, pois não são contraditórios entre si. O que é importante destacar é que, estando no início, nos fatores que motivam a Gestão Social, tanto a Solidariedade quanto a Sustentabilidade são essenciais para que no espaço da Esfera Pública seja potencializada a inter-relação entre IBC e Emancipação.

Sobre os exemplos, apesar de se estar, ainda, em uma fase inicial tem-se os livros com casos de Fischer, Roesch e Mello (2006) e Tenório (2007), além dos diversos artigos, dissertações e teses com estudos de caso relacionados à Gestão Social.

Outra característica que contribui para a estruturação do primeiro paradigma para a Gestão Social é o início da organização de sua comunidade científica, em torno da Rede Brasileira de Pesquisadores em

Gestão Social – RGS e do próprio Encontro (ENAPEGS).

Alguns trabalhos, como os usados na concepção teórica escolhida para a Gestão Social nesta pesquisa, se propõem a organizar o conhecimento já produzido pelos membros desta comunidade científica e se pode prever que ela pode estabelecer um paradigma, mas isto vai depender da continuidade das pesquisas dessa comunidade científica e de suas discussões, que já estão ocorrendo. A partir daí, pode-se forjar o primeiro paradigma kuhniano para a Gestão Social. Segundo Kuhn (1978), o primeiro paradigma pode parecer limitado e impreciso, porém, se for aceito pela comunidade, é porque foi melhor que outras teorias, mesmo não conseguindo explicar todos os fatos.

Dentro do critério de demarcação de Kuhn (1978) a Gestão Social ainda não pode ser considerada como campo do conhecimento científico, apesar de se considerar que se está bem próximo disto. A Gestão Social ainda estaria na fase de anomalia em relação ao paradigma dominante. Cabe ressaltar, que o próprio autor apresenta esta fase pré-paradigmática como marcada por debates frequentes e profundos que não necessariamente criam consenso, como é o caso da Gestão Social.

Em seguida a análise a partir da proposta de Feyerabend (2007).

4.3 Feyerabend

O critério de demarcação de Feyerabend (2007) é justamente não ter critério de demarcação. Nas palavras do autor: “vale tudo”. Não existe uma estrutura comum para os procedimentos e resultados que classifiquem uma prática como ciência. Neste contexto, o cientista não deve abrir mão de nenhuma oportunidade que se apresente, como podem fazer, por exemplo, os membros de uma comunidade científica comprometidos com um paradigma kuhniano.

Feyerabend (2007) apresenta a contra-indução como caminho pelo qual a ciência se desenvolve. Um exemplo de contra-indução é a contraposição apresentada por Tenório (1998; 2008b; 2008d; 2012; 2013) entre a gestão estratégica e a Gestão Social.

Dentro da perspectiva feyerabendiana, então, a Gestão Social pode ser considerada como um campo do conhecimento científico. E, ainda, seguindo a perspectiva do autor, o campo deve avançar justamente contrapondo novas teorias às que forem estabelecidas, como caso a contraposição entre Gestão Social e gestão estratégica.

Na seção seguinte apresenta-se a proposta de Boaventura de Souza Santos (2003) e realiza-se a aproximação com a proposta de delimitação do campo da Gestão Social.

4.4 Boaventura de Souza Santos

Para Santos (2003), a sociedade está em um processo de mudança paradigmática no sentido kuhniano do termo. A ciência realizou a primeira ruptura epistemológica, que separou senso comum de Ciência e teve como base as Ciências Naturais, elaborando as bases para uma aplicação técnica do conhecimento. No atual momento, segundo o autor, está-se na iminência de uma segunda ruptura epistemológica é uma ruptura com a primeira ruptura, aproximando novamente ciência e senso comum, cujo resultado seria um senso comum esclarecido e uma ciência prudente. Esta segunda ruptura partiria das ciências sociais e traria as bases para uma aplicação edificante do conhecimento.

A segunda ruptura epistemológica democratizaria a construção, a aplicação e a distribuição dos resultados do conhecimento científico e, ao propor um senso comum esclarecido, faz da Emancipação o objetivo final do conhecimento.

A Gestão Social, tal como apresentada aqui se aproxima da segunda ruptura epistemológica, pois se centra na Esfera Pública baseada na tomada de decisão coletiva – democratização e na relação dialética negativa adorniana entre IBC e Emancipação. Assim, a Gestão Social estaria de acordo com os preceitos desta segunda ruptura epistemológica, pois o IBC em um contexto de Solidariedade e Sustentabilidade constrói as bases do processo de democratização, ao incluir a importância do bem-estar coletivo. A Esfera Pública é o espaço da segunda ruptura epistemológica, aproximando o senso comum da ciência, sem que um se sobreponha ao outro, no sentido de ampliar as possibilidades de dialogicidade e intersubjetividade, ultrapassando os limites da racionalidade utilitária (GUERREIRO RAMOS, 1981). Por fim, a Emancipação é objetivo tanto da dupla ruptura epistemológica, quanto da Gestão Social.

Desta forma, de acordo com o critério de demarcação proposto por Santos (2003), a proposta apresentada para a Gestão Social pode ser considerada como ciência.

Na seção seguinte, uma síntese dos resultados da aproximação da proposta de delimitação do campo da Gestão Social e os critérios de demarcação.

4.5 Síntese dos Resultados Relativos aos Critérios de Demarcação e à Proposta de Delimitação do Campo da Gestão Social

Ao aproximar-se a proposta apresentada de Gestão Social deste trabalho com os critérios de demarcação, foram obtidos os resultados apresentados no Quadro 1.

Autores	Critério de Demarcação	Resultado	Comentários
Popper (2007)	Falseabilidade	Sim	A proposta de delimitação do campo da Gestão Social é falsificável.
Kuhn (1978)	Aquisição do 1º paradigma	Não	A Gestão Social ainda é um campo pré-paradigmático.
Feyerabend (2007)	Não há um critério de demarcação, vale tudo	Sim	Para que o campo avance a contra-indução é recomendada pelo autor.
Santos (2003)	2ª Ruptura Epistemológica	Sim	A proposta de delimitação do campo da Gestão Social possui as características da 2ª ruptura epistemológica.

Quadro 1 – Síntese dos resultados relativos aos critérios de demarcação de ciência.

Fonte: elaboração própria.

De acordo com os resultados apresentados, pode-se dizer que a proposta para a Gestão Social adotada neste trabalho se mostra com bom potencial para ser considerada como campo do conhecimento científico, pois atende a três dos quatro critérios apresentados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este, obviamente não é um trabalho definitivo. Não se pode chegar ao final e estabelecer a Gestão Social como campo do conhecimento científico. Porém, os resultados nos mostram que existe um bom potencial

para isso. O próprio desenvolvimento da comunidade científica da Gestão Social, em pouco tempo, pode atender ao critério de demarcação kuhniano, elaborando seu primeiro paradigma. Essa é a principal sugestão para novos trabalhos nesse sentido.

Cabe ainda observar que a depender da escolha teórica realizada, esses resultados poderiam ser diferentes dadas outras concepções tanto da Gestão Social, como do seu estágio de desenvolvimento, ou ainda da percepção quanto à necessidade da Gestão Social de se estabelecer como paradigma.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Dialética negativa**. Tradução: Marco Antonio Casanova; revisão técnica: Eduardo Soares Neves Silva. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. 352p.

ARAÚJO, E. T. de. **(In)consistências da gestão social e seus processos de formação**: um campo em construção. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

BOULLOSA, R. de F. Contribuições conceituais e metodológicas para a avaliação de processos e práticas de gestão social a partir das perspectivas da *policy analysis* e da abordagem social da aprendizagem. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 11., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2009. 1 CD ROM.

_____, SCHOMMER, P. C. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da Gestão Social? In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD ROM.

_____; _____. Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de lampedusa? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 3., 2009, Juazeiro/Petrolina. **Anais...** Juazeiro/Petrolina: NIGS/UNIVASF, 2009. 1 CD ROM.

BURRELL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Sociological paradigms and organizational analysis**: elements of sociology of corporate life. Aldershot: Ashgate Publishing, 1979.

CANÇADO, A. C. Gestão social: um debate para a construção do campo. **NAU – A Revista da Residência Social**, v.4, n.6, p.191-209, mai./out. 2013a.

_____. **Gestão social**: aprofundando a discussão. Relatório (Estágio Pós-doutoral em Administração) EBAPE/FGV. Rio de Janeiro: FGV, 2013b.

_____; OLIVEIRA, A. Platão e a gestão da sociedade: contribuições da *Polithéia* À Gestão Social. In ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 37, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: ANPAD, 2013.

_____; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão social**: epistemologia de um paradigma. Curitiba: CRV, 2013, 216p.

_____; TAVARES, B.; DALLABRIDA, V. R. Gestão social e governança territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.9, n.3, p.313-353, set/dez, 2013.

_____. **Fundamentos teóricos da gestão social**. 2011. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

_____; TENÓRIO F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos**

EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011.

CARRION, R. da S. M. Gestão social: especificidades e práticas em discussão. In: SILVA, J. G.; FARIA, A.; BIANCO, M.; BEHR, R.; PETINELLI-SOUZA, S. (Org.). **Tecnologias de gestão**: por uma abordagem multidisciplinar. Vitória: EDUFES, 2007. p.158-170. V. II.

CHALMERS, A. F. **A fabricação da ciência**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: UNESP, 1994. 188p. (Coleção biblioteca Básica)

_____. **O que é ciência afinal?** Tradução Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FEYERABEND, P. K. **Contra o método**. Tradução: Cezar Augusto Morari. São Paulo: UNESP, 2007. 376p.

FISCHER, T. O futuro da gestão. In: **HSM Management**. São Paulo: HSM, 2007.v.10, n. 64. Set./out. 2007.

_____. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – uma introdução a uma agenda. In: _____ (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p.12-32.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Definindo gestão social. In: SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C. **Gestão social**: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. p.27-37.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LAKATOS, I. **Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica**. Tradução de Emília Picado Tavares Marinho Mendes. Edições 70, 1999, 208p. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea 28)

PINHO, J. A. G. Gestão social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira. In: RIGO, A. R.; SILVA JÚNIOR, J. T.; SCHOMMER, P. C.; CANÇADO, A. C. **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento**: Ações, articulações e agenda. Recife: UNIVASF, 2010. p.21-52.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2007. 568p.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003. 178p.

TENÓRIO, F. G. Tem razão a gestão social? In COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 3, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis: UFSC, 2013. 1 CD ROM.

_____. **Gestão social, um conceito não-idêntico?** Ou a insuficiência inevitável do pensamento. In: CANÇADO; A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA Jr., J. T. **Gestão social**: aspectos Teóricos e aplicações. Ijuí: UNIJUÍ, 2012. p.23-36.

_____. **Tem razão a administração?** 3. ed. Ijuí: EdUnijuí, 2008a. 136p.

_____. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado**. 3. ed. Ijuí: EdUnijuí, 2008b. 176p.

_____. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, v.32, n.5, p. 7-23, set./out. 1998.

TOCQUEVILLE, A. **Democracia na América**. Traduzido por José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, 374p. (Biblioteca do Exército; 699. Coleção General Benício; v.341)

ⁱ O adjetivo esotérico é muito usado no texto de Kuhn (1978). O sentido atribuído aqui está relacionado a ser acessível apenas aos iniciados, ou seja, à comunidade científica que compartilha do paradigma.

ⁱⁱ A dupla ruptura epistemológica proposta por Santos (2003) consiste no rompimento da ciência com o senso comum (1ª ruptura) e posteriormente a ruptura com a 1ª ruptura (2ª ruptura), esta proposta será detalhada mais adiante.

ⁱⁱⁱ Dentre estas pesquisas, cabe destacar alguns dos resultados Projeto Pró-Adm/CAPES “Gestão Social: ensino, pesquisa e prática”, como Cançado (2011), Cançado, Tenório e Pereira (2011), Cançado, Pereira e Tenório (2013), Tenório (2012; 2013) e Cançado (2013a, 2013b).

^{iv} Ver os trabalhos de Araújo (2012), Boullosa (2009), Boullosa e Schommer (2008; 2009) e Pinho (2010).

^v Esta delimitação não tem objetivo de cercar o que tem dentro. Ela pode ser considerada como uma primeira delimitação “feita a lápis” à espera de um maior avanço nas pesquisas, que pode delinear-la de forma mais clara.

^{vi} Este conceito foi adaptado em Tocqueville (1987).

^{vii} Porém, uma das possibilidades de constatar a emancipação está descrita em Cançado (2007), baseado nos níveis de consciência de Freire (2001).